UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

SAMARA SUELEN CORRÊA MONTEIRO

PERFIL DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO NOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DO PARÁ: percepção quanto às competências designadas pela Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL).

BELÉM-PA
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA

Samara Suelen Corrêa Monteiro

Perfil do Bibliotecário Jurídico nos Órgãos Estaduais do Pará: percepção quanto às competências designadas pela Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL).

Belém-Pa
2017

Samara Suelen Corrêa Monteiro

Perfil do Bibliotecário Jurídico nos Órgãos Estaduais do Pará: percepção quanto às competências designadas pela Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Msc. Merabe Carvalho F. da Gama

Belém-Pa
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

020.51
M772p

Monteiro, Samara Suelen Corrêa
Perfil do Bibliotecário do Jurídico nos Órgãos Estaduais no Pará / Samara Suelen Corrêa Monteiro . – 2017
60f. : il.

Orientadora : Merabe Carvalho Ferreira da Gama.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Biblioteconomia, 2017.
f.

1. Perfil Profissional - Bibliotecário Jurídico . 2. Bibliotecário Jurídico. 3. Competências e habilidades - Bibliotecário Jurídico. I. Título.

SAMARA SUELEN CORRÊA MONTEIRO

Perfil do Bibliotecário Jurídico nos Órgãos Estaduais do Pará: percepção quanto às competências designadas pela Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL).

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.
Orientadora: Msc. Merabe Carvalho F. da Gama

Aprovada em: _____/_____/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____
Profa. Msc. Merabe Carvalho Ferreira da Gama
Orientadora

_____
Prof. Esp. Diego Bil Silva Barros
Membro da Banca

_____
Prof. Dr. Hamilton Vieira de Oliveira
Membro da Banca

Dedico a Sônia Maria Ferreira Corrêa *In Memoriam*
Mulher que me deu a vida, o verdadeiro amor e fez eu me tornar tudo o que sou hoje e pretendo ser, me ensinou a ler e me ajudou e incentivou a estudar desde sempre. À ela toda minha gratidão e a saudade infinita. Eu te amo, mãe!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, digno de toda honra e glória. Pelo seu infinito amor.

A meus pais, Sônia Maria (in memoriam) e Sérgio Monteiro, por todo o amor, dedicação e incentivo pra eu chegar até aqui. Minha mãe sempre me encorajou e ajudou a estudar mais, sempre fez e cuidou de tudo, pra que a minha preocupação sempre fosse apenas os estudos. Meu pai sempre trabalhou muito para que eu tivesse os livros, cursos, colégio e aulas que precisasse para ter uma boa educação na medida do possível. Minha gratidão é enorme por vocês, os amo muito! Muito obrigada!

A minha orientadora Merabe Carvalho, por toda paciência, compreensão e zelo com esse trabalho. Por toda atenção e dedicação a seus alunos e orientandos. Sem ela, esse trabalho jamais seria possível.

Aos meus irmãos, Sérginho e Celso por todo amor, briga e zelo que temos um pelo outro. Aos meus irmãos de outro ventre, Airton e Sílvio.

Ao meu tio Márcio por todo o apoio e carinho que tive no momento mais difícil da minha vida. A sua esposa, minha tia Hilma, por todas as conversas, amor e forças durante mais de um ano que morei junto com eles. Muito obrigada por tudo!

As minhas tias Marly e Marlene Corrêa por todo amor e carinho durante todos os anos, eu amo vocês.

A todos da família Corrêa, minhas primas lindas, meus tios, tias, primos e avós, que direta e indiretamente me ajudaram. Muito obrigada.

As minhas amigas, “macãs” Márcia Mendes, Ghessika Maciel e Alcimar Gonzaga, por toda ajuda, carinho, companheirismo e amizade nos quatro anos de faculdade. Sempre companheiras de seminários e hoje pra vida toda. Certamente temos histórias pra contar e vamos levar essa amizade até a eternidade. Obrigada, vocês são as melhores.

Ao meu namorado Daymon Gean que me ajudou nos momentos de aflição, pela vivencia, amor, cuidado, paciência e compreensão comigo. Por todas as vezes que me acalmou sempre que as lágrimas me viessem ao rosto, todas as vezes que a saudade da minha mãe era grande e difícil, por todas as vezes que você não desistiu da gente, por todas as vezes que você ficou ao meu lado, ainda que eu não merecesse. Obrigada por tudo. Te amo!

Aos meus colegas de classe e outras turmas, por toda a amizade e cumplicidade nesses anos de faculdade. Léia Luz, Valena, Suelene, Allan Rocha, J, Aline, Rafaela, Marco, Raquel, e outros que marcaram minha trajetória na universidade, obrigada.

Às minhas amigas baixinhas e lindas, Joseanne Alves e Janaina Moy por todo amor e carinho que deram no momento mais difícil da minha vida, Josy chorou a minha dor e sorrir também com a minha alegria. Janaina, se tornou minha irmã de alma, nos entendemos como ninguém e ela dá sentido ao que é ser amiga de verdade!

Á querida família Silva, por me acolherem como sua família também, principalmente Maristela Silva, mãe do Gean, por me ensinar, me dar forçar e me amar do jeito que eu sou, dona de um coração enorme sempre disposta a ajudar as pessoas a sua volta, esbanjando alegria por onde passa. Assim como, minhas cunhadas Sara, Ingridy e Fabyana por toda sua amizade, amor e companheirismo e meus bebes que amo, Daniel, Kaio, Petrus e Alicia.

A todos os professores da Faculdade de Biblioteconomia da UFPA que foram empenhados em passar o seus conhecimentos aos alunos e ao diretor da faculdade, Hamilton, por sempre atender os alunos com muita atenção e compreensão na resolução de problemas. Obrigada também, ao professor Diego Barros que fez ótimas contribuições a este trabalho na qualificação do mesmo. Obrigada, vocês foram essenciais nesta árdua caminhada.

A todos meus professores que passaram pela minha vida do primário ao ensino médio, alguns mais marcantes, outros menos, porém, todos fazem parte dessa trajetória até à universidade e foram essenciais na minha formação, o meu muito obrigada.

As bibliotecárias que tive o prazer de estagiar, Débora, Alessandra e Ieda, obrigada por todos os ensinamentos durante meu estágio na Procuradoria Geral do Estado.

Aos colegas da turma de 2012, 2011 e 2010 turno manhã, obrigada, fiz amizades incríveis.

Os grandes navegadores devem sua reputação aos temporais e tempestades.

Epícuro (341-270 a.C.)

RESUMO

Analisa o perfil profissional do bibliotecário, sua formação e o perfil do bibliotecário jurídico profissional que trabalha nos órgãos de justiça no Estado do Pará. Discorre competências e habilidades deste profissional. O objetivo geral deste trabalho que foi identificar o perfil do bibliotecário jurídico e os objetivos específicos foram: identificar o perfil do bibliotecário jurídico atuante nos órgãos da Justiça Estadual em Belém, Pará; apontar como adquirem conhecimentos para atuar em bibliotecas jurídicas e analisar as competências da Associação Americana de Bibliotecas Jurídicas (AALL) presentes nos bibliotecários da Justiça estadual de Belém do Pará. O método de pesquisa utilizado foi de natureza exploratória e a descritiva. Para a realização da coleta de dados, com vistas a identificar e analisar o perfil do bibliotecário jurídico que atua nos órgãos de justiça no Estado foi utilizado um questionário divididos em três seções. A primeira seção é referente ao perfil pessoal do respondente, a segunda ao perfil quanto à aquisição de conhecimentos e a terceira busca investigar a percepção quanto às competências do bibliotecário jurídico e obteve resposta de 16 bibliotecários jurídicos. Os principais resultados apontam um profissional atento as atividades exercidas pelo bibliotecário jurídico que elencam as competências desejáveis a esse profissional segundo a AALL.

Palavras-chave: Perfil Profissional - Bibliotecário Jurídico. Bibliotecário Jurídico. Competências e habilidades - Bibliotecário Jurídico.

ABSTRACT

It analyzes the professional profile of the librarian, his training and the profile of the professional legal librarian who works in the justice organs in the State of Pará. This competencies and skills are discussed by this professional. The general objective of this work was to identify the profile of the legal librarian and the specific objectives were: to identify the profile of the legal librarian acting in the State Justice organs in Belém, Pará; To point out how they acquire knowledge to act in legal libraries and to analyze the competences of AALL present in the librarians of the State Justice of Belém do Pará. The research method used was exploratory and descriptive. In order to carry out the data collection, in order to identify and analyze the profile of the legal librarian who acts in the judicial organs in the State a questionnaire was used divided in three sections. The first section refers to the personal profile of the respondent, the second to the profile regarding the acquisition of knowledge and the third seeks to investigate the perception regarding the competencies of the legal librarian and obtained a response from 16 legal librarians. The main results point to a professional attentive to the activities carried out by the legal librarian who list the competencies desirable to this professional according to the American Association of Legal Libraries (AALL).

Keywords: Professional Profile - Law Librarian. Law Librarian. Skills and abilities - Law Librarian.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais atos normativos da Legislação.....23
Quadro 2 – Exemplos de Fontes primárias e secundárias.....27
Quadro 3 – Competências básicas segundo a AALL para os bibliotecários jurídicos.....28
Quadro 4 – Habilidades dos bibliotecários jurídicos.....30
Quadro 5 – Características dos bibliotecários jurídicos.....31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Idade do respondente..... 35
Tabela 2 – Sexo do respondente..... 36
Tabela 3 – Renda do respondente..... 36
Tabela 4 – Tempo de serviço..... 37
Tabela 5 – Exercício de função comissionada na instituição..... 38
Tabela 6 – Forma de ingresso no órgão atual..... 38
Tabela 7 – Tempo de Formação em Biblioteconomia..... 39
Tabela 8 – Escolaridade..... 40
Tabela 9 – Formação em Direito..... 40
Tabela 10 – Participação em cursos na área do Direito..... 41
Tabela 11 – Participação em eventos de documentação jurídica..... 41
Tabela 12 – Conhecimentos em língua estrangeira..... 42
Tabela 13 – Fontes de atualização..... 42
Tabela 14 – percepção quanto as competências de atividades de pesquisa do respondente..... 43
Tabela 15 – Percepção quanto às competências de atividades de produtor de produtor de informações..... 44
Tabela 16 – Percepção quanto as competências de atividades de pesquisa de avaliador respondente..... 44
Tabela 17 – Percepção quanto as competências de atividades socioculturais do respondente..... 45
Tabela 18 – Percepção quanto às competências de atividades educativas do respondente..... 46
Tabela 19 – Percepção quanto às competências de atividades tecnológicas o respondente..... 47
Tabela 20 – Percepção quanto às competências de atividades éticas do respondente..... 48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12
2 PERFIL PROFISSIONAL: MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO..... 14
2.1 Formação Profissional..... 18
3 INFORMAÇÃO JURÍDICA..... 21
3.1 Legislação..... 22
3.2 Doutrina..... 23
3.3 Jurisprudência..... 24
3.4 Demandantes da Informação Jurídica..... 25
3.5 Fontes de Informação Jurídica..... 26
4 BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO..... 28
5 METODOLOGIA..... 34
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS..... 35
6.1 Perfil pessoal do respondente..... 35
6.2 Perfil quanto a aquisição de conhecimentos..... 39
6.3 Percepção quanto às atividades do bibliotecário jurídico..... 43
6.3.1 Parte qualitativa (Questões abertas)..... 48
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 50
REFERENCIAS..... 52
APÊNDICE..... 56

1 INTRODUÇÃO

As três esferas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiros elaboram um número abundantes de documentos anualmente, por meio dos seus órgãos competentes, com o objetivo de atender aos problemas, situações e demandas sociais. Essas informações resultam na Informação Jurídica, composta por Legislação, Doutrina e Jurisprudência e que estão presentes no dia-a-dia de tribunais e outras instituições jurídicas.

Nesse aspecto, as bibliotecas jurídicas possuem como finalidade principal auxiliar no tratamento, análise e disseminação dessas informações. Essas unidades são essenciais nos órgãos jurídicos. Em geral o público dessas bibliotecas é formado por juízes, promotores, advogados, estudantes e outros profissionais do ramo do Direito que procuram informações para subsidiar seus trabalhos e assim auxiliar no processo de tomada de decisões judiciais ou administrativas, elaboração de normas e outras atividades, impactando no cotidiano da sociedade.

Assim, a existência de um profissional competente para atuar nesse tipo de biblioteca especializada é imprescindível. Conhecidos como bibliotecários jurídicos, esses profissionais são fundamentais no auxílio à busca de informações e devem possuir habilidades necessárias para a realização de tarefas como: catalogação, classificação, armazenamento e busca e recuperação de dados para a construção do conhecimento jurídico.

Nesse contexto, o aperfeiçoamento das novas tecnologias, bem como o volume de informação contribuem para que o profissional jurídico incorpore cada vez mais em seu perfil competências e habilidades para responder às demandas dos seus usuários.

Nessa direção em 2001 a *American Association of Law Libraries* (AALL) publicou sete competências desejáveis aos bibliotecários que atuam em bibliotecas jurídicas. Essas competências estão relacionadas as atividades que eles realizam em seu dia-a-dia. São elas: atividades de pesquisa, de produção da informação, de avaliação, de socioculturais, de educação, de tecnologia e de ética.

Desse modo compreende-se que é importante estudar as competências necessárias aos bibliotecários jurídicos, com o objetivo de contribuir para a melhoria das atividades desses profissionais. Assim, esta pesquisa é orientada pelo seguinte

problema: Como o bibliotecário jurídico que atua nos órgãos de Justiça Estaduais em Belém, Pará percebe as competências da AALL no seu cotidiano?

Esse problema está voltado para as competências que a AALL enumerou em 2001. Embora essa seja uma associação americana, suas diretrizes podem ser adotadas por bibliotecários brasileiros, pois enumeram as habilidades que esse profissional precisa ter.

Assim o problema desta pesquisa se concentra no quanto os profissionais bibliotecários jurídicos atuantes na Justiça estadual em Belém do Pará, reconhecem essas competências e as incorporam no seu dia-a-dia.

Para responder a esse problema, o presente estudo possui como objetivo geral identificar a percepção dos bibliotecários jurídicos que atuam nos órgãos de Justiça Estaduais em Belém em relação às competências designadas pela Associação Americana de Bibliotecários jurídicos (American Association of Law Libraries - AALL). Essas competências foram arroladas por essa associação em 2001 e ilustra sobre as atividades que devem ser realizadas pelos bibliotecários jurídicos.

Pretende-se alcançar o objetivo geral por meio dos seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil do bibliotecário jurídico atuante nos órgãos da Justiça Estadual em Belém, Pará;
- Apontar como adquirem conhecimentos para atuar em bibliotecas jurídicas;
- Analisar as competências da AALL presentes nos bibliotecários da Justiça estadual de Belém do Pará.

Nessa perspectiva este trabalho possui sete seções divididas em: introdução; perfil do bibliotecário: mudanças ao longo do tempo e formação profissional; Informação Jurídica, legislação, doutrina, jurisprudência, demandantes da informação e fontes de informação jurídica; bibliotecário jurídico, discussão dos resultados, metodologia e considerações finais.

2 PERFIL PROFISSIONAL DO BIBLIOTECÁRIO: mudanças ao longo do tempo.

O bibliotecário é considerado um profissional da informação (MOTTA; OLIVEIRA, 2011). Para Le Coadic (2004, p. 106) os profissionais da informação "adquirem informação registrada em qualquer suporte, organizam, descrevem, indexam, armazenam, recuperam e distribuem essa informação em sua forma original ou como produtos elaborados a partir dela".

Desse modo, ao abordar o perfil e competências do bibliotecário, faz-se necessário resgatar também o entendimento de profissional da informação. O dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia define o profissional da informação como "profissional que coleta, processa e difunde a informação. Mediador da informação, tendo habilidades e conhecimentos para lidar com elas, gerando valor agregado, para atingir os objetivos da organização" (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

Assim como em outras profissões, o perfil profissional do bibliotecário também mudou ao longo do tempo, sejam por variáveis da própria sociedade que exige uma nova postura profissional ou por outras variáveis como o surgimento e avanço de tecnologias.

O surgimento de novas tecnologias, aperfeiçoamento da informática e de computadores, impulsionaram mudanças sociais. Conforme Antonio (1991) "O advento da informática fez ressurgir o interesse em como os indivíduos buscam a informação."

Mueller (1989, p. 63): "entende a expressão "perfil profissional": "como o conjunto de conhecimentos, qualidades e competências próprias dos integrantes de uma profissão."

Para Mueller (1989), o perfil profissional está ligado a ideia de função profissional, o perfil "é delineado pelas habilidades, competências e atitudes necessárias para o desempenho da função profissional."

A discussão das questões ligadas ao perfil profissional, é na verdade, a discussão da função social da profissão, a qual, sujeita as influências do contexto, exige que a prática profissional se modifique, para atender as expectativas novas e diversificadas que surgem da sociedade.

Nesta perspectiva, a medida em que novos meios, recursos tecnológicos e técnicas se tornam acessível à execução da profissão tornam-se necessárias novas competências e atitudes do bibliotecário.

Sobre esse aspecto, Guimarães (2004) chama atenção para o papel de destaque assumidos pelas tecnologias no processo de organização e transmissão do conhecimento. O autor analisa a contribuição deste processo de forma positiva a sociedade, afirmando que, conforme os profissionais vem se adaptando as novas formas de acesso, tratamento e uso da informação, permitindo de forma literal e metafórica novas leituras da realidade, essas tecnologias vão contribuir diretamente e positivamente no desenvolvimento dos serviços e a forma de atuação desse profissional para seus usuários.

Os paradigmas de perfis profissionais bibliotecários sofreram e sofrem mudanças de acordo com as necessidades de cada realidade ou época. Esta visão é consenso entre autores, como Santos e Rodrigues (2012) e Ortega (2004).

Uma análise histórica sobre a Biblioteconomia apresenta uma série de mudanças no paradigma do perfil profissional, desde o período primitivo até os dias atuais. Santos e Rodrigues (2012) afirmam a importância de se conhecer a trajetória da biblioteconomia para compreendermos melhor seu processo constitutivo.

No período moderno o perfil de quem atuava nas bibliotecas também foi bastante modificado. Sobre isso, Santos e Rodrigues afirmam que: “Em função do surgimento da biblioteca pública e do crescimento dos periódicos, a Biblioteconomia passou a trilhar novos caminhos” (SANTOS; RODRIGUES, 2012, p. 119).

A partir do século XIX, o objetivo da Biblioteconomia foi possibilitar uma acessibilidade mais dinâmica ao conteúdo e serviços oferecidos pela instituição.

Outros fatos foram muito relevantes para esse contexto, como por exemplo “o aparecimento dos periódicos e sua crescente importância como veículos de publicação fez surgir a necessidade de organizar e indexar suas unidades de informação para possibilitar a recuperação do seu conteúdo” (SANTOS; RODRIGUES, 2012).

Já no final deste século, foram surgindo reinvindicações da população objetivando acesso à educação. Assim, conforme Almeida Junior (2000, p. 36) “a educação passa a ser considerada como uma das mais importantes reinvindicações, tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra em meados do século XIX”.

Essas reinvindicações acabaram impactando no trabalho dos bibliotecários, que precisaram se adaptar a esse contexto histórico, o qual demandavam alterações, tanto nas bibliotecas, quanto no perfil dos profissionais que trabalhavam nelas (ALMEIDA JUNIOR, 2000).

Nessa direção, no século XX, por causa da Segunda Guerra, os investimentos em pesquisas científicas e tecnológicas causaram um boom informacional e o surgimento de novas tecnologias importaram consideravelmente nesse sentido, exigindo novas adaptações do profissional para atender ao novo cenário. O bibliotecário passou a ser exigido em novos conhecimentos e habilidades e precisou se adequar (MOTTA; OLIVEIRA, 2011).

Segundo Santos e Rodrigues (2012) a Segunda Grande Guerra propiciou o prevalecimento das preocupações com questões políticas, econômicas e bélicas. “A informação passa a ter um valor estratégico para os governos, que investem mais em pesquisas científicas e tecnológicas desencadeando uma explosão informacional” (SANTOS; RODRIGUES, 2012, p. 121).

Conforme Guimarães (2000, p. 53) a década de 1990, marcou o aperfeiçoamento da informática e da internet na vida profissional dos bibliotecários, “com a chegada destas tecnologias [...] tem-se o fenômeno da globalização que derruba [...] barreiras espaciais, domínios tecnológicos e saberes e fazeres de longas datas sedimentadas”.

Como as tecnologias de informação e comunicação já faziam parte do contexto social, os profissionais da Informação precisaram se inserir dentro deste contexto agregando um perfil mais ligado as tecnologias da informação e comunicação provocando mudanças no perfil profissional.

As observações dos autores citados acima facilita a compreensão das transformações que a sociedade da informação vem percorrendo por meio das novas tecnologias e da informática, bem como, a necessidade do bibliotecário de se adequar a estas mudanças.

Neste sentido mudança é a característica da informação da Sociedade da Informação, uma vez que o mundo virtual provocou grandes alterações nos conceitos de espaço e tempo (GUIMARÃES, 2004). Borges (2000, p. 26) destaca que “o virtual usa novos espaços e novos tempos e novas velocidades.” O que viaja agora, não são as pessoas, e sim, o compartilhamento de dados e informações.

Sociedade da informação é um termo para:

> Designar a sociedade pós-moderna, em que o processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade, em círculo virtuoso, o que condicionou ao novo modo de

> desenvolvimento informacional, constituído pelo surgimento de novos paradigmas tecnológicos baseado na tecnologia da informação. Castells (2003, p. 54 apud Santa Anna et al, 2014, p. 72).

A Sociedade da Informação proporcionou à Biblioteconomia uma nova atitude na sua atuação profissional em virtude das mudanças tecnológicas. Segundo Sant'Anna, Pereira e Campos (2014, p. 68) "viabilizaram o acesso à informação sem considerar as limitações de tempo e espaço".

Apesar das mudanças trazidas pela história, a missão do bibliotecário está voltada para o atendimento as necessidades informacionais dos usuários (CUNHA, 2000, p. 185). Em uma sociedade da informação com usuários cada vez mais exigentes, torna-se necessário aos bibliotecários aprimorarem-se para cumprir a sua missão profissional.

Nesta perspectiva, as novas tecnologias, a exigência de educação continuada e novas demandas do universo de trabalho, instituiu que o profissional bibliotecário com perfil tradicional transformou-se em um novo profissional da informação, com conhecimentos que vão desde ferramentas e habilidades tradicionais às habilidades de lidar com o manuseio e administração de informações em diferentes espaços e suportes informacionais (CASTELLS, 2003).

As novas tecnologias viabilizaram uma sofisticação das ferramentas de trabalho, possibilitando o processo de busca, recuperação e acesso a informações numa maior velocidade. A aplicação da Internet como ferramenta de trabalho usada pelos bibliotecários, deixou de ser uma necessidade para tornar-se uma obrigação no ambiente do trabalho, pois estes profissionais precisam utilizar diversas fontes de informação, com o objetivo de continuar exercendo o papel de disseminador da informação (CUNHA, 2000, p. 189).

As transformações tecnológicas que os bibliotecários vivenciaram no século XX e ainda este século, XXI, mudaram os conceitos do perfil profissional bibliotecário, onde o tradicional era tido como retrógado e ultrapassado, muito apegado às técnicas. Almeida Junior (2000, p. 31) esclarece que "a sociedade enxergava a profissão de bibliotecário, como aquele que trabalha no espaço da biblioteca, independente da existência ou não de uma formação específica". Porém percebe-se que as novas tecnologias parecem valorizar mais a atuação dos bibliotecários (CUNHA, 2000).

Essa característica do profissional é fundamental, inclusive porque um novo perfil de usuários também é delineado, pois num mundo globalizado, onde as tecnologias estão enraizadas, usuários “estão mais conscientes de seus direitos e das potencialidades informativas dos distintos sistemas”. (GUIMARÃES, 2004, p. 87-88). Com isso, ele passa a ter maior entendimento das suas próprias necessidades informacionais.

O surgimento de novas tecnologias, usuários exigentes e o novo perfil do profissional de informação são elementos que demonstram relações entre si, inclusive de bibliotecários jurídicos (BAPTISTA et al, 2008).

No entanto, o perfil do profissional está pautado pela sua formação, que é uma das fontes nas quais o bibliotecário buscará o conhecimento para atender as exigências tanto dos usuários, quanto das mudanças da sociedade.

Santos (2000, p. 116), afirma:

> [...] Nenhum currículo universitário fornece tudo o que é necessário saber assim como nenhum curso de pós-graduação conterá todo o saber necessário para uma carreira bem-sucedida em tempos de mudanças rápidas e irreversíveis.

Neste sentido, uma boa formação do profissional é imprescindível para melhor atender ao mercado de trabalho e este usuários, inseridos no mundo tecnológico, tema que será abordado na seção a seguir.

2.2 Formação Profissional

Ao fazer referência ao perfil profissional é imprescindível abordar formação profissional, tendo em vista que esta influencia diretamente o perfil de qualquer profissão, inclusive, bibliotecários (VALENTIM, 2000).

No Brasil, a Biblioteconomia iniciou a partir da primeira década do séc. XX com o surgimento do primeiro curso de Biblioteconomia localizado na cidade do Rio de Janeiro. As aulas aconteceram na Biblioteca Nacional (CASTRO, 2000).

Castro (2000) afirma que o curso da Biblioteca Nacional parou no início da segunda década do séc. XX, retornando em 1931. Almeida e Baptista (2013) afirmaram que o ensino da Biblioteca Nacional tinha influência da escola Francesa com sua caraterística humanística, e voltada aos funcionários daquela biblioteca.

Enquanto que em São Paulo foi criada em 1929 o 2º curso de Biblioteconomia, porém sob a influência da escola Americana, ou seja, um curso mais tecnicista. Este curso era voltado a funcionários da Biblioteca, professores do colégio Mackienzie; instituição que recebeu o curso; e bibliotecários de outras instituições (CASTRO, 2000).

A americanização do país e as exigências do mercado profissional, fizeram com que a Biblioteca Nacional modificasse o seu currículo acrescentando disciplinas mais tecnicistas como catalogação, classificação, bibliografia e referencias sem deixar de lado sua influência humanística (ALMEIDA; BAPTISTA, 2009).

Almeida e Baptista (2009) destacam que a partir de 1945 já havia vários outros cursos no Brasil, mas que a partir da década de 60 foi que a Biblioteconomia elevou-se ao status de profissão de nível superior.

Mota e Oliveira (2011) afirmaram que a formação profissional precisa proporcionar o desenvolvimento de habilidades e perfil compatíveis com as exigências da sociedade. Um contexto diferente daquele da década de 60.

Apesar do modelo de escola atual seguir o modelo da escola norte-americana a formação profissional no Brasil se dar de formas diferentes. Aqui, os cursos tem em média duração de 4 anos e o graduado já sai apto a assumir bibliotecas públicas, universitárias, ou especializadas, enquanto que nos Estados Unidos o curso tem duração de 2 anos, com a titulação de técnico e especialização para que o profissional de lá assuma as bibliotecas públicas ou especializadas (CUNHA, 2000).

Walter e Baptista (2008) analisaram a formação profissional do bibliotecário, e abarcaram questões sobre a ética profissional, os conceitos de trabalho e a empregabilidade.

Para as autoras, entre o final do séc. XX e início de séc. XXI, não houve mudanças significativas em relação aos currículos e a realidade. Elas afirmam que, neste período, houve uma preocupação com o perfil profissional e a colocação do bibliotecário no mercado de trabalho. Assim como as escolas de Biblioteconomia se colocam a frente para esse assunto.

Entende-se que o somatório das competências adquiridas com a prática diária e com investimentos na formação profissional continuada proporcionará, ao profissional, melhores condições para atuar no mercado da informação, ancorado em sólido embasamento teórico e prático (WALTER; BAPTISTA, 2008. p. 99-100).

> Uma formação profissional ligada com as mudanças emanadas pela introdução de aparatos tecnológicos para o armazenamento e recuperação da informação e a educação continuada são condições necessárias para o bibliotecário permanecer no espaço competitivo que existe no mundo do trabalho. Além do advento das novas tecnologias, a empregabilidade é influenciada por outros paradigmas como a fragilidade do emprego, que emerge de forma mais evidenciada com a globalização, a competitividade e outros fatores atrelados a uma exigência cada vez maior por especialização, para quem quer se inserir no mercado. Nesse sentido, empregabilidade envolve discussões que perpassam outras questões como as competências, a qualificação ou a escolaridade [...].

Guimarães (2000) fez uma análise da formação profissional do bibliotecário utilizando como referência ou fundamentação apenas a Biblioteconomia e a Arquivologia, em virtude das afinidades temáticas e trajetórias históricas que nessa ordem mundial, viram-se em um ponto crucial.

Guimarães (2000, p. 56) “igualmente neste contexto, vejo importante a inserção de elementos relativos a atuação profissional integrada que se concretiza pelo movimento associativo fruto, como o nome já diz, de um associar-se, de um compartilhamento que resgate a dimensão do coletivo profissional.

Hoje o bem mais precioso da sociedade é a informação que proporciona conhecimento. A informação está presente em todo o lugar. O profissional da informação, por atuar com este recurso também se insere em diversas áreas de atuação, como a biblioteca jurídica, por exemplo, objeto de estudo deste trabalho. O capítulo a seguir versará, assim, sobre os aspectos que permeiam a biblioteca jurídica.

3 INFORMAÇÃO JURÍDICA

A informação jurídica promove o uso da cidadania, por meia dela que os operadores do Direito produzem informação e conhecimento nas quais são baseadas suas análises e tomada de decisões que irão regulamentar a vida das pessoas na sociedade.

> Temos que considerar que praticamente todos os tipos de conhecimento humano estariam relacionados ao direito, pois se este rege a vida em sociedade, regulando as relações humanas, procurando estabelecer a disciplina social, então todos os eventos que envolvem o homem, mesmo antes do nascimento, como os direitos do nascituro ou a utilização de células-tronco em pesquisas, até as obrigações geradas após a morte, como as matérias referentes à sucessão, estariam diretamente ligadas ao direito (PASSOS; BARROS, 2009, p.93).

A literatura especializada apresenta conceitos de Informação Jurídica. Passos (1994, p. 363 apud Passos; Barros, 2009, p. 93) entende esse tipo de informação como:

> Toda unidade do conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações do pensamento daqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar regularmente situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

A informação Jurídica se manifesta por três maneiras distintas, Legislação, Doutrina e Jurisprudência. A legislação é conjunto de normas que regem a sociedade, doutrina é o conjunto de opiniões de um ou mais autores sobre determinado assunto regidas por princípios e razões e a jurisprudência são as decisões dos tribunais (PASSOS; BARROS, 2009).

Uma característica da informação jurídica é a constante atualização, uma vez que esta acaba demando da legislação, que também se atualiza frequentemente, gerando assim, um acúmulo de informações que precisam ser organizadas, classificadas e disseminadas. Desse modo, o volume dessas informações são crescentes (FERREIRA; MELO, 2006).

Frente a esse volume de informações, cabe ao bibliotecário jurídico ter o cuidado e atenção no tratamento, guarda e recuperação dessas informações, pois

os operadores do Direito, ou mesmo pessoas que não trabalham na área precisam de legislação atualizada, doutrina mais adotada e utilizada no momento e jurisprudência que ajude a tomar as melhores decisões, por exemplo (PASSOS; BARROS, 2009).

3.1 Legislação

A legislação é a base para as outras informações que constituem a literatura jurídica, formando um tripé informacional composto por Legislação, Doutrina e Jurisprudência (GUIMARÃES, 1993). Estas, “são as fontes formais do Direito” (SILVA, 2010, p. 69).

Na atuação do bibliotecário jurídico, que será mais discutida posteriormente, o tripé informacional são as fontes formais mais relevantes e mais utilizadas e produzem a documentação jurídica. Conforme Atienza (1979, p. 19 apud Silva, 2010, p. 70) “a documentação jurídica é a reunião, analise e indexação da doutrina, legislação e jurisprudência”.

Neste sentido, em concordância com Barros e Passos (2009) e Atienza (1979), a Legislação é o apoio fundamental da informação jurídica. É ela que vai dar suporte às decisões dos tribunais e que vai ser analisada gerando a doutrina. Também é conhecida como informação jurídica normativa.

Portanto, legislação é “o conjunto normativo que regula a convivência social, elaborada pelo Poder Legislativo dos Municípios, Estados e União” (MIRANDA, D’ AMORE, BENTES, p. 98, 2013).

Neste sentindo Guimarães (1993, p. 3) definiu legislação “como o conjunto de atos normativos emanados de autoridades competentes”, não muito diferente do conceito de Cunha (2010, p. 127-128). Os autores mencionam e conceituam as mais utilizadas, hierarquicamente.

Quadro 1 – Principais atos normativos da Legislação.

Ato normativo	**Conceito**
Constituição	Lei fundamental e suprema de um Estado. Contém as normas a respeito da formação dos poderes públicos, maneira de al governo, disposição de competências, direitos e deveres do cidadão. É a lei maior.
Emenda Constitucional	É alguma alteração no texto da Constituição. É autorizada no art. 60 e é forma legitima e secundária de modificar as disposições constitucionais que estão em vigor.
Lei complementar	Requer o voto da maioria dos parlamentares e o Senado Federal para ser aprovada. Regula assuntos específicos, determinados expressamente na Constituição.
Lei	Norma geral e permanente prescrita a todos os cidadãos.
Decreto	Ato administrativo da competência do chefe do poder executivo que dá proventos a situações gerais ou individuais, previstas de modo explícito ou implícito na lei.
Medidas provisória	Tem força de lei e vigência imediata. Perdem a eficácia se não convertidas em lei pelo Congresso Nacional em até sessenta dias, prorrogáveis por igual período.” Brasil, Governo Federal. Portal da legislação.
Portaria	Documento emitido por autoridade administrativa, contém ordens e instruções sobre a aplicação de leis, decretos ou recomendações.

Fonte: Guimarães (1993) e Cunha (2010).

3.2 Doutrina

A Doutrina provém do verbo latino *decere* (ensinar, instruir). É o resultado do pensamento organizado sobre algum problema, com o intuito principal de ensinar (MACEDO [199?] apud Guimarães, 1993, p.2). Segundo o Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, de Náufel (1998, p. 410) doutrina é o “conjunto de princípios e razões em

que se baseia no sistema jurídico. Em sentido mais restrito é a opinião particular admitida por um ou vários jurisconsultos sobre um ponto do direito controvertido".

Em concordância com o exposto, Silva (1999) afirma que a Doutrina é um conjunto de princípios em que se firmam teorias que auxiliam nas interpretações sobre a Ciência Jurídica, servindo também para o embasamento de novos conhecimentos jurídicos.

Neste sentido, ela compõem-se na teorização do saber jurídico. É realizado por especialista na área. Pode ser registrada nos seguintes formatos: livros, artigos de periódicos, textos diversos (impressos ou disponíveis na internet), vídeos, monografias e outros suportes de informação. Essa informação pode ser buscada em diversas unidades de informação, livrarias, sites jurídicos, bibliografias, enciclopédias, etc. (CUNHA, 2010).

De acordo com vários autores, entre eles (GUIMARÃES, 1993; PASSOS, 2004; BARROS, 2009), a linha de raciocínio do Direito segue aquela doutrina mais utilizada, mais consagrada segundo afirmam a maioria dos autores citados.

É muito grande a quantidade de documentos sobre posicionamentos doutrinários na área jurídica. Passos (2006) aponta duas razões para estar quantitativo anual de publicação, são eles:

a) A necessidade de analisar e comentar as novas normas jurídicas.

b) A forma facilitada de publicação eletrônica que cresceu de maneira muito rápida nas últimas décadas.

A natureza da atividade jurídica necessita comentar suas normas e/ou decisões. Advogados, juristas, magistrados, bibliotecários jurídicos e todos que trabalham com a matéria jurídica tem a pesquisa parte fundamental do trabalho.

3.3 Jurisprudência

Conforme Silva (2010, p. 210) Jurisprudência "designa o conjunto de decisões acerca do mesmo assunto ou coleção de decisões de um tribunal". Para a autora a jurisprudência fornece elementos para sustentação de teses jurídicas. Os acórdãos, decisões e sentenças que simbolizam a jurisprudência são basilares na resolução de problemas julgados pelos magistrados e são também o melhor caminho indicado aos advogados.

A jurisprudência é a fonte mais geral e extensa de interpretação e explicação da Informação Jurídica, aponta soluções adequadas às necessidade sociais. Ela reduz os litígios e diminui consideravelmente as incertezas. Muitos casos se repetem, assim, é natural que sentenças, acórdãos passem a estabelecer uma orientação uniforme, de tal maneira que se pode prever com segurança, com os tribunais irão decidir sobre casos concretos. (MAXIMILIANO, 1980, apud SILVA, 2010).

3.4 Demandantes da Informação Jurídica

A demanda da informação jurídica cresce bastante. Os usuários dessa informação são exigentes e solicitam informação atualizada e rápida. Muitos desses usuários vão prestar concursos, porque muitos editais de exames exigem disciplinas jurídicas (MIRANDA; D'AMORE; PINTO, 2013). Além dos procuradores, grande parte dos frequentadores são bacharéis em Direitos, interessados em prestar o exame da ordem.

Percebe-se que os demandantes vão atrás desta informação quando já consultaram a internet, seus próprios livros e materiais ou colegas de trabalho. Portanto eles são exigentes na busca da informação que necessitam, o que é confirmado no artigo de Pinho e Barbosa (2011, p. 59):

> [...] O usuário da informação jurídica é cada vez mais exigente em suas consultas, apenas procurando a biblioteca quando recorreu a diversas fontes tais como: pesquisa na internet, acervo particular e consulta a colegas de profissão. Ou seja, as pesquisas recebidas na biblioteca geralmente possuem um grau de dificuldade mais elevado, pois já passaram por buscas prévias realizadas pelo usuário [...].

Os usuários de bibliotecas jurídicas "buscam informação de fonte autorizada, produzida por especialistas." (PASSOS, 2005, não paginado). Portanto, são usuários exigentes que buscam informação em fontes seguras.

Conforme Silva (2010, p. 70) "cabe ao bibliotecário conhecer as variáveis da documentação jurídica e possuir domínio conceitual para manuseá-la." Ela destaca que os fatores como o tempo existente nos prazos que advogados tem que obedecer e a exatidão das informações fornecidas é muito importante.

Os usuário da informação jurídica são juristas, legisladores, advogados, estudantes e profissionais do Direito, consultores jurídicos, juízes, desembargadores, ministros, procuradores, membros do Ministério Público e outros profissionais de carreira (Barros, 2004).

3.5 Fontes de Informação Jurídica

As fontes de informação jurídica, segundo Barros (2004):

> [...] o local onde o bibliotecário ou pesquisador adquire uma informação útil ao desenvolvimento de seu trabalho, indispensável que é para o bom desempenho de suas atividades. As fontes de informação jurídica podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços e sistemas de informações, bases de dados, etc., podendo estar fisicamente presentes ou não na biblioteca (BARROS, 2004, p. 209).

As fontes de informação estão divididas em três maneiras: primária, segunda e terciária.

A fonte de informação primária é encontrada na sua forma original, completa sem abreviação e resumos, são veiculados em primeira mão, onde o usuário pode conhecer e verificar a sua forma inteira, a informação total. Se apresentada da maneira inteira, sem modificações (PASSOS; BARROS, 2009).

A fonte de informação secundária é proveniente da informação primária. Algumas vezes o conhecimento podem ser apresentados e organizados de forma sintética, em outras, analítica ou sistemática para facilitar a consulta, por esse motivo é muito organizada para que a as informações primárias sejam facilmente encontradas, devido elas serem dispersas quanto ao controle e divulgação.

O bibliotecário jurídico precisar conhecer e saber buscar as informações nessas fontes, pois os usuário precisam cumprir prazos e por isso precisam de informações rápidas. A seguir exemplos de fontes primárias e secundárias, devido ao grande número de fontes secundárias, foi exposto de apenas algumas principais.

Quadro 2 – Exemplos de Fontes primárias e secundárias.

Fontes primárias:	**Fontes secundárias:**
Diário Oficial da União; Diários oficiais dos estados; Diário da Justiça;	Livros jurídicos; Cartilhas e apostilas; Periódicos jurídicos (Revista Forense, Revista Jurídica, Revista dos Tribunais); Teses jurídicas; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Vade-mécuns; Sistemas e bases de dados, Bibliotecas; Internet; Sites Jurídicos; Livrarias e editoras; Grupos de Documentação Jurídica (Infolegis e Grupo de Profissionais em Informação e Documentação Jurídica do Rio de Janeiro); Eventos científicos, etc.

Fonte: Adaptado de Passos e Barros (2009 pp. 123-153).

As fontes terciárias, segundo Passos e Barros (2009, p. 122) “são aquelas que tem a função de orientar o pesquisador para as fontes primárias e secundárias”.

Segundo Mueller (2000, p. 31 apud Passos e Barros, 2009, p. 122) “embora os serviços bibliográficos sejam considerados fontes terciárias, são considerados serviços secundários.” Alguns autores consideram a existência apenas das fontes primárias e secundárias.

Assim, o bibliotecário precisa ter habilidades e competências na elaboração das estratégias de busca, observando qual a fonte mais adequada conforme o pedido de informação do usuário. O capítulo a seguir irá analisar melhor as competências, habilidades e atitudes que este profissional ter para melhor atuação no seu espaço de trabalho.

4 BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

Os profissionais bibliotecários que trabalham em instituições e órgãos jurídicos precisam possuir disposição para a busca da informação jurídica. Segundo Passos (2001, não paginado) o Bibliotecário Jurídico “é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente”. Esses profissionais podem atuar em bibliotecas especializadas em Direito, em órgãos governamentais, escritórios de advocacia e bibliotecas universitárias (PASSOS E BARROS, 2009).

Em março de 2001 um documento foi criado pela AALL que estabelece as competências do bibliotecário jurídico em todo o mundo, aprovado pelo Professional Development Commitee. Esse documento está segmento em seis seções, porém aqui só foram discutidas a primeira seção que listou as competências básicas que o profissional deve possuir para agregar valor às suas atividades na área jurídica. As competências básicas estão listadas no quadro a seguir:

Quadro 3 - Competências básicas segundo a AALL para os bibliotecários jurídicos.

1	Demonstrar forte compromisso com a excelência do serviço ao usuário;
2	Reconhecer e saber lidar com a diversidade da comunidade;
3	Demonstrar conhecimento do sistema legal e da profissão jurídica;
4	Entender e apoiar a cultura e o contexto da biblioteca e da instituição mantenedora;
5	Entender o contexto socioeconômico e político que embasa o sistema legal exigente;
6	Demonstrar conhecimento do arcabouço teórico da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, do ciclo documentário: a criação, organização e difusão da informação;
7	Aderir ao Código de Ética da Associação Americana das Bibliotecas Jurídicas e apoiar e compartilhar dos valores da Biblioteconomia;
8	Exibir qualidade de liderança incluindo pensamentos críticos, administração de riscos e criatividade, independente de sua posição na estrutura administrativa;
9	Demonstrar capacidade de trabalho em grupo para alcançar objetivos comuns;
10	Atuar dentro da organização com o objetivo de implementar os princípios do conhecimento administrativo;
11	Exibir compreensão da importância da multidisciplinaridade dos programas e projetos dentro da organização;
12	Dividir conhecimento e perícia com colegas e clientes;

13	Dispor de habilidades de comunicação e ser capaz de promover a biblioteca e defender suas necessidades;
14	Comunicar-se efetivamente com editores e com a indústria gráfica para promover os interesses da biblioteca;
15	Reconhecer o valor da rede profissional e participar ativamente das associações de classes;
16	Perseguir ativamente o desenvolvimento pessoal e profissional pela educação continuada.

Fonte: Adaptado de Silva (2005, p. 26-27).

Por mais que este documento esteja voltado aos bibliotecários americanos, deve ser aplicado aos profissionais jurídicos brasileiros. Essas competências levantadas apontam para o crescimento e qualidade do trabalho do bibliotecário jurídico.

As competências podem estar de acordo com os locais de trabalho, ou mesmo em relação a sua função na biblioteca (bibliotecário de referência, indexador, desenvolvimento de coleções, nesta função precisa ter muito cuidado, ele precisa conhecer as necessidades reais do seu usuário, muitas vezes a doutrina tem tendências e o bibliotecário precisa estar atento a isso). Quando há poucos profissionais contratados, muitas vez, ele precisa fazer vários papéis, sendo também o pesquisador, catalogador e diretor (PASSOS, 2005).

Segundo a autora, grande parte dos profissionais bibliotecários especializam-se em função do emprego, com o bibliotecário jurídico não é diferente. Eles aprendem as peculiaridades da área quando começam a trabalhar e prestar serviços em bibliotecas jurídicas. É no trabalho diário que eles assimilam as noções básicas do Direito e seu vocabulário próprio (PASSOS, 2005).

Assim, o bibliotecário jurídico frequentemente está em contato com a informação jurídica, com isso ele obtém o status de “especialista”, ele adquire o privilégio de ser considerado “colaborador” do usuário em suas pesquisas, somando-se ao já famigerado “intermediador” (LOUREIRO, 2005).

Para se encaixar nesse perfil de colaborador, ele deve não apenas, saber “encontrar” o Direito, mas também deve “pensar”, buscando sempre conhecimentos jurídicos “[...] para que possa desenvolver com maior habilidade nos serviços de sua competência, e trafegar entre o especialista da área interagindo em prol da criação de novos conhecimentos” (LOUREIRO, 2005, p. 5).

Este profissional precisa saber velejar em dois mundos diferentes, saber lidar com as fontes tradicionais de informação e com novas tecnologias. Sua maior habilidade é ter o conhecimento de decidir quando utilizar uma ou outra.

Conforme a American Association of Law Libraries os bibliotecários jurídicos devem se apropriar das seguintes habilidades, elencadas no quadro 4, para o bom desempenho e atuação.

Quadro 4 – Habilidades dos bibliotecários jurídicos.

a) Estar atentos as todas as fontes de informação em todos os suportes; b) Saber ajuizar as vantagens bem como, desvantagens de várias fontes de informação; c) Serem aptos de organizar a informação para que possa ser localizada e utilizada independente do seu suporte; d) Ser especialistas das fontes de informação, sejam elas jurídicas ou não.

Fonte: Adaptado de Passos (2001).

Conforme Fullin (2006, p.37) o “campo de atuação podem ser bibliotecas jurídicas, universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais, bibliotecas de escritórios de advocacia, e até bibliotecas particulares de advogados e juízes”.

Nos últimos 15 anos o bibliotecário jurídico se modernizou bastante, suas habilidades e experiências na pesquisa, organização, catalogação, indexação, classificação e negociação com os usuários se atualizaram devido ao aperfeiçoamento da Internet (PASSOS, 2005).

Os papéis do bibliotecário jurídico, segundo a AALL (apud Passos e Barros (2009, pág. 106), estão na capacidade de poupar tempo, pois no dia-a-dia, advogados e diversos outros profissionais não possuem tempo para realizaram suas pesquisas, a não ocorrência de erros, uma vez que bibliotecários são os profissionais conhecedores de diversas fontes, e a realização de pesquisas mais abrangentes.

Neste sentido, Paiva e Pother (2011) observaram que o uso de novos instrumentos de trabalho utilizados pelo bibliotecário jurídico, como a internet, e outros recursos informacionais, modificou o seu perfil e a internet possibilitou uma

das quatro características identificadas por Alvin Podboy (2000, citado por Paiva; Pother, 2011), a onipresença, inovador tradicional e moderno e “camaleão”.

Quadro 5 – Características dos bibliotecários jurídicos.

Onipresente	O bibliotecário jurídico tem que ser ubíquo, estar disponível em todos os lugares ao mesmo tempo, 24 horas por dia, sete dias por semana. Isso não significa estar disponível pessoalmente, mas os instrumentos que criamos precisam estar sempre disponíveis (catálogos de biblioteca, sites na Internet). A biblioteca jurídica moderna pode estar confinada no tempo e no espaço. Mas também não significa expandi-las. O bibliotecário moderno precisa sentir-se confortável em dois mundos;
Inovador	Os bibliotecários precisam olhar a tecnologia disponível hoje e determinar como será usada no futuro. Inovação significa olhar de maneira diferente algo que existe. Os bibliotecários fizeram isso quando melhoraram seus serviços e redes
Tradicional/ Moderno	Os bibliotecários jurídicos devem conhecer o novo e velho. Usamos uma variedade de recursos e eliminamos os recursos desnecessários. Nós somos o ying e o yang da informação;
Camaleão	A princípio pode não parecer um elogio. O profissional moderno precisa ser inconstante, no sentido de mudar e mudar rápido. Os bibliotecários não podem ficar paralisados pela perfeição. Devem assumir os riscos e erros.

Fonte: Adaptado de Alvin Podboy (2000).

Um perfil delineado por Loureiro (2005) revela que o bibliotecário atuante em bibliotecas especializadas em Direito deve ser conhecedor da informação jurídica, que ele não deve tratar essa informação como uma simples matéria-prima, ele precisa, além de conhecer os conceitos, relacioná-los e “garantir a relevância do resultado da pesquisa, e assim, indiretamente, também operar o direito” (LOUREIRO, 2005, p. 2).

Assim, ele pode agregar valor aos seus serviços e adquirir status de “especialista” desta área. O que a autora chamou de “colaborador” do usuário, somando ao consagrado “intermediário”.

Passos e Barros (2009, p. 108) elencaram algumas funções do bibliotecário jurídico:

> Sociocultural (entender e apoiar a cultura e contexto da unidade de informação e da instituição); educativa (contribuir para a disseminação do conhecimento jurídico); tecnológica (capacidade de demonstrar as ferramentas e estratégicas de busca ao usuário e ao cidadão); ética, zelar pelo acesso irrestrito à informação jurídica sem imposição de barreiras); psicopedagógica (lidar com a diversidade de usuários e da comunidade); promoção da cidadania (ao lidar com divulgação da informação jurídica).

Essas informações parecem complementar as características identificadas por Alvin Podboy (2000). Segundo Passos e Barros (2009) e Baptista et al (2008) não há registro na literatura atual nenhum estudo sobre o perfil do bibliotecário jurídico brasileiro, não existem dados estatísticos sobre quantos profissionais atuam nesta área. Porém, a preocupação de escrever sobre este profissional aumentou, prova disso são trabalhos de conclusão de curso como os de Costa (2010), Azevedo (2011), Barbosa (2012) e Perillo (2012) e alguns artigos apresentados em encontros, congressos por estudantes a exemplo de Paiva e Pother (2011) e Furtado et al (2012).

Silva (2010) delineou um bibliotecário jurídico preocupado com as fontes de informação jurídica, as legislativas, doutrinárias e jurisprudências. No que tange as fontes legislativas é imperativo identificar e distinguir os atos de esferas estaduais, municipais e estaduais, assim como, também entender as normas e estar atento às revogações, alterações e o surgimento de novas leis e assim evitando que o profissional de Direito trabalhe com normas desatualizadas ou revogadas.

No campo das fontes doutrinárias, é aconselhável que o profissional tenha conhecimento das obras clássicas da área e mantenha o acervo atualizado e o usuário informado em relação às novidades e discussões das áreas em que eles trabalham.

Ainda segundo Silva (2010), no caso das fontes jurisprudenciais, seria interessante o bibliotecário “conhecer a competência dos tribunais, bem como os tipos de recursos e, muitas vezes, entender o significado das decisões dos magistrados [...]” (SILVA, 2010, p. 71). Pois no momento de representar e recuperar acórdãos, a citação do provimento ou improvimento da decisão, o usuário pode determinar se irá consulta-lo ou não.

Passos (2011) compartilha dessa mesma ideia e adiciona que o bibliotecário jurídico pode assumir dois papéis o de consumidor e produtor de informações, prova disso são os profissionais e autores já citados neste trabalho Lucivaldo Barros,

Andréia Silva e Edilenice Passos, que consomem e são produtores de informação. No papel de consumidor ele realiza pesquisas e fornece o material pesquisado ao seu usuário. E na função de produtor de informação, ele cria ou transforma os dados para a satisfação das necessidades do usuário.

Passos (2011, não paginado) destaca outras atividades que o bibliotecário jurídico pode realizar, além de localizar as informações do área do Direito, composta por legislação, doutrina e jurisprudência. São elas:

> Disseminação seletiva da informação [...] Educação do usuário [...] Criação de fontes de pesquisa [...] Pesquisas de legislação estrangeira [...] Pesquisas não-jurídicas [...] Pesquisas legislativas [...] Pesquisas orçamentárias

O processo de educação continuada desses bibliotecários também é muito importante, pois a informação jurídica é muito peculiar e com atualização e mudanças rápidas.

Com a grande produção de informação nos poderes Legislativos, Executivo e Judiciário no Brasil, os quais elaboram e editam um enorme número documentos jurídicos, dentre eles, leis, decretos, medidas provisórias, etc. não bastasse este alto acúmulo de informações, ainda utilizam a legislação estrangeira para solucionar casos semelhantes. Sem falar, na publicação de livros e artigos de periódicos que também são numerosas (SILVA, 2005).

Neste sentido, é muito importante um profissional que possua conhecimentos de técnicas que organizem estes documentos, simplificando sua pesquisa e acesso pelos profissionais de Direito (SILVA, 2005). Essas, formam o objeto do bibliotecário jurídico, suas ferramentas de trabalho vão desde fontes tradicionais às modernas com os mais diversos técnicas de tratamento da informação (PASSOS, 2001).

Além dessas habilidades, os profissionais bibliotecários que trabalham em instituições e órgãos jurídicos, possuem qualidades como conhecimento e disponibilidade na incansável busca da informação jurídica. O processo de educação continuada por esses bibliotecários é muito importante, pois a informação jurídica é muito peculiar e com atualização e mudanças rápidas esses profissionais carecem de cursos (PASSOS; BARROS, 2009).

5 METODOLOGIA

A pesquisa é de caráter exploratório e descritivo. Exploratória porque “tem como objetivo maior a familiaridade com o problema” (GIL, p.41, 2008). Segundo Gil (2008) pesquisas exploratórias tem como principal objetivo o aperfeiçoamento de ideias, envolvem levantamento bibliográfico e análise de exemplos para compreender melhor. Descritiva porque busca estudar as características de um determinado grupo. Além disso umas de suas “características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário” (GIL, p. 41, 2008).

Independente do tipo de técnica utilizada toda pesquisa também precede uma pesquisa bibliográfica (MARCONI; LAKATOS,2010). Nesse estudo, a pesquisa bibliográfica trabalhou com temas que possibilitaram a melhor compreensão dos resultados, a saber: perfil profissional, perfil do bibliotecário jurídico e competências e habilidades desse profissional e assim foi possível alcançar os objetivos deste trabalho.

Quanto o instrumento de coleta de dados, foi utilizado o questionário (apêndice), esse questionário está dividido em três seções. A primeira seção é referente ao perfil pessoal do respondente, a segunda ao perfil quanto à aquisição de conhecimentos e a terceira busca investigar a percepção quanto às competências do bibliotecário jurídico.

A amostra está composta por um total de 16 bibliotecários, divididos em seis bibliotecas jurídicas dos órgãos estaduais no Pará. Sendo eles: Procuradoria Geral do Estado com total de 4 bibliotecárias, Ministério Público do Estado com 4 bibliotecárias, Tribunal de Justiça do Estado com 4 profissionais, Defensoria Pública do Estado com 1, Assembleia legislativa do Estado do Pará, com 2 bibliotecárias, Escola de Magistratura com 1 bibliotecária. Após a coleta dos dados, os mesmos serão apresentados em estatística descritiva, para uma melhor análise e compreensão.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO DO DADOS

Para análise dos dados, o instrumento de coleta dos dados foi feita por meio do questionário aplicado aos bibliotecários jurídicos que atuam nos Órgãos de Justiça no Estado do Pará. A princípio, tem-se um total de 20 bibliotecários jurídicos aptos a responder o questionário, entretanto, foi obtido 16 respostas. É esse total que iremos considerar como 100% dos dados.

Os resultados foram organizados por meio de tabelas e descritivas que estão dispostas em três seções: perfil pessoal do respondente, perfil quanto a aquisição de conhecimentos e percepção quanto as atividades do bibliotecário jurídico. A finalidade dessa seção é responder aos objetivos específicos deste trabalho que estão presentes na estrutura do questionário.

6.1 Perfil pessoal do respondente

Para identificar o perfil pessoal do respondente, foram feitas perguntas fechadas sobre sua idade, gênero, renda mensal, tempo de serviço na carreira jurídica, exercício de função comissionada e forma de ingresso no órgão atual.

1 - Qual sua faixa de idade?

Tabela 1 – Idade do respondente.

Idade	Nº absoluto	%
Menos de 30 anos	1	6,25
30 a 35 anos	2	12,5
36 a 40 anos	1	6,25
41 a 45 anos	4	25,0
46 a 50 anos	2	12,5
51 a 55 anos	2	12,5
56 a 60 anos	2	12,5
Acima de 61 anos	2	12,5
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Num total de 16 repostas, o que corresponde a 100% deles, 25% deles possuem idade entre 41 a 45 anos. Apenas uma pessoa respondeu que possui menos de 30 anos, e também uma pessoa respondeu que possui a idade de 36 a 40 anos, com 6,25% cada.

2 - Qual seu gênero?

Tabela 2 – Sexo do respondente.

Gênero	Nº absoluto	%
Feminino	15	93,75
Masculino	1	6,25
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Observou-se que quase todos os profissionais bibliotecários jurídicos atuantes nos órgãos de Justiça do Estado do Para são do sexo feminino, com percentual de 93,75% dos respondentes, com exceção de um, do sexo masculino com apenas 6,25% dos resultados.

3 - Qual a sua renda mensal?

Tabela 3 – Renda do respondente.

Renda	Nº absoluto	%
De 1 a 3 salários mínimos	1	6,25
De 4 a 6 salários mínimos	6	37,5
De 7 a 9 salários mínimos	3	18,75
De 10 a 12 salários mínimos	3	18,75
De 13 a 15 salários mínimos	1	6,25
Acima de 16 salários mínimos	2	12,5
TOTAL	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Uma respondente da pesquisa ganha de 1 a 3 salários mínimos, pois é contratada, se formou a menos de um ano e não possui vínculo e benefícios que um servidor efetivo tem.

Seis pessoas ganham de 1 a 4 salários mínimos, o que representa uma ligeira maioria dos respondentes, 37,5%.

Três pessoas ganham de 7 a 9 salários mínimos, o mesmo número de pessoas que também recebem de 10 a 12 salários mínimos. Essas pessoas exercem função comissionada nas bibliotecas jurídicas dos órgãos que atuam, com percentual de 18,75% cada.

Uma pessoa, 6,25% recebe de 13 a 15 salários mínimos, pois está pessoa possui acumulo de cargo e exerce muitas funções e serviços à biblioteca jurídica em que trabalha.

Duas pessoas, 12,5%, ganham acima de 16 salários mínimos, pois foi agregado ao salário o tempo de serviço e funções no trabalho que exerce.

Com base no documento do Conselho Federal de Biblioteconomia sobre recomendações salariais por regiões que possuem associações, a região do Rio de Janeiro, possui como base salarial 2.300, aproximadamente 3 salários mínimos. Assim, tem-se que as pessoas que são funcionários públicos efetivos e trabalham em bibliotecas jurídicas no estado do Pará tem uma renda acima da média proposta pelos sindicatos.

4 – Qual o seu tempo de serviço na carreira jurídica?

Tabela 4 – Tempo de serviço.

Tempo de serviço na carreira jurídica	Nº absoluto	%
Menos de 1 ano	0	0
De 1 a 5 anos	2	12,5
De 6 a 10 anos	11	68,75
De 11 a 15 anos	1	6,25
De 16 a 20 anos	1	6,25
De 21 a 25 anos	0	0
Mais de 26 anos	1	6,25
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Verificou-se que 12,5% dos bibliotecários têm de 1 a 5 anos como tempo total de atuação na área jurídica, seguidos de 68,75% que afirmaram ter de 06 a 19 anos de atuação. 6,25% indicaram ter de 11 a 15 anos; 6,25% alegaram ter 16 a 20 anos ou mais e 6,25% têm mais de 26 anos de atuação na área.

5- O senhor exerce ou já exerceu função comissionada ou cargo de chefia no seu órgão atual?

Tabela 5 - Exercício de função comissionada na instituição.

Exercício de função comissionada	Nº absoluto	%
Sim, exerço atualmente	8	50
Sim, já exerci	1	6,25
Nunca exerci	7	43,75
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Metade dos bibliotecários jurídicos respondentes do questionário, 8, exercem função comissionada nos seus locais de trabalho, apenas uma profissional, 6,25% já exerceu e sete respondentes alegaram (43,75%) nunca exerceram está função.

6 – Qual sua forma de ingresso no seu órgão atual?

Tabela 6 – Forma de ingresso no órgão atual.

Forma de ingresso no órgão atual	Nº absoluto	%
Concurso	14	87,5
Cargo comissionado	1	6,25
Contrato	1	6,25
Outro	0	0
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo.

A forma mais comum de entrar no serviço público e trabalhar em órgãos da justiça no estado do Pará é por meio de concurso. Dos 16 bibliotecários jurídicos, 14 são servidores públicos, com 87,5% no total e apenas uma pessoa foi contratada temporariamente, assim como, uma pessoa também por cargo comissionada, 6,5% cada.

6.2 Perfil quanto a aquisição de conhecimentos

7 – Há quantos anos o (a) senhor (a) se formou em Biblioteconomia?

Tabela 7 – Tempo de Formação em Biblioteconomia.

Tempo de formado	Nº absoluto	%
Menos de 1 ano	1	6,25
De 1 a 5 anos	0	0
De 6 a 10 anos	2	12,5
De 11 a 15 anos	6	37,5
De 16 a 20 anos	0	0
De 21 a 25 anos	3	18,75
Mais de 26 anos	4	25
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

O tempo de formação em biblioteconomia dos entrevistados é bem diverso. Num total de 16 respondentes, 6 deles, 37,5% concluíram sua graduação em Biblioteconomia de onze a quinze anos atrás. Quatro dos respondentes, 25% já se formaram a mais de 26 anos, 3, 18,75% concluiram de 21 a 25 anos. Dois dos respondentes, 12,5%, de 6 a 10 anos e apenas uma pessoa tem menos de um ano formada.

8 – Qual seu nível de escolaridade?

Tabela 8 - Escolaridade

Escolaridade	Nº absoluto	%
Graduação	4	25
Especialização	12	75
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Pós-doutorado	0	0
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Foi observado que nenhum dos bibliotecários jurídicos que atuam nos Órgãos da Justiça Estadual no Pará possui mestrado, doutorado e pós-doutorado. A maioria dos respondentes, 12 bibliotecários jurídicos, 75% possui o nível de especialização e 4 deles, 25%, possui graduação.

9 – O senhor (a) possui formação em Direito.

Tabela 9 – Formação em Direito.

Formação em Direito	Nº absoluto	%
Graduação	4	25
Especialização	1	6,25
Não	11	68,75
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Grande parte dos respondentes não possuem formação em Direito, 11, cerca de 68,75% deles. Cinco pessoas concluíram a graduação em direito, mas apenas uma delas, possui o nível de especialização. Alguns trabalhos de outros estados, como Baptista et al (2008), Barbosa (2012) e outros, também foi notado que grande parte dos bibliotecários jurídicos não possuem formação em Direito, porém alguns bibliotecários voltaram ao ambiente acadêmico para se formaram em Direito e assim enriquecem seus conhecimentos e serviços para atuar em bibliotecas jurídicas.

10 – Com que frequência o senhor (a) costuma participar de cursos na área jurídica?

Tabela 10 – Participação em cursos na área do Direito.

Frequência de participação de cursos na área jurídica	Nº absoluto	%
Nunca	0	0
Raramente	10	62,5
Sempre	6	37,5
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

A maioria dos sujeitos, 62,5% raramente participa de cursos na área jurídica e 37,5% deles afirmam que sempre participam destes cursos.

11 – O senhor costuma participar de eventos na área da documentação jurídica (seminários, congressos, encontros, etc)?

Tabela 11 – Participação em eventos de documentação jurídica.

Frequência de participação em eventos na área da documentação jurídica	Nº absoluto	%
Nunca	0	0
Raramente	10	62,5
Sempre	6	37,5
Total	16	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Obteve-se o mesmo resultado da tabela de número 10, 62,5% raramente participam de eventos de documentação jurídica e 37,5% sempre participam destes eventos.

12- O (a) senhor (a) possui conhecimento em língua estrangeira (lê, escreve, fala, entende)?

Tabela 12 – Conhecimentos em língua estrangeira.

Conhecimento em língua estrangeira	Nº absoluto	%
Inglês	9	50,0
Francês	1	5,5
Espanhol	2	11,11
Não	6	33,39

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Nesta pergunta, os respondentes podiam marcar mais de uma opção. A respeito do nível de conhecimento em línguas estrangeiras, o inglês tem destaque, pois 50% dos respondentes afirmaram ler e escrever bem. O espanhol vem em seguida com 11,11% dos sujeitos que possuem conhecimento em língua espanhola. E apenas 5,5% possui conhecimento na língua francesa. Em contramão disso, 33,39% não possui conhecimento em nenhuma língua estrangeira.

13 – Quais as fontes o(a) senhor(a) utiliza para se manter atualizado (a)? Marque mais de uma opção.

Tabela 13 – Fontes de atualização.

Formas de atualização	Nº absoluto	%
Estudo individual em livros, periódicos, etc especializados	14	21,21
Participação em cursos de capacitação	13	19,69
Palestras	10	15,15
Pós-graduação	7	10,60
Eventos	12	18,18
Participação em listas de discussão	3	4,57
Outros	7	10,60
Total	66	100

Fonte: pesquisa de campo, 2016.

Acerca das fontes de atualização, os respondentes também podia marcar mais de uma opção. As opções que mais se destacaram foram “estudo individual em livros, periódicos, etc, especializados” e “Participação em cursos de capacitação”,

com 14 respostas, o que representa 21,21%, e 13, com 19, 69% respectivamente. A opção “eventos”, obteve 12 respostas, com 18, 18% e “palestras”, 10, com 15,15%.

A pós-graduação foi marcada por 7 respondentes como uma das fontes de atualização, o que figura 10,60% e apenas 3 sujeitos marcaram participação em listas de discussão com 4, 57%.

6.3 Percepção quanto às atividades do bibliotecário jurídico

Tabela 14 – percepção quanto as competências de atividades de pesquisa do respondente.

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades de Pesquisas – prestar serviços especializados de pesquisa em assuntos jurídicos e não jurídicos; leituras sistemáticas dos diários oficiais; criar instrumentos de pesquisas jurídicas;	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Importante	18,75	3
		5 – Muito importante	81,25	13
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	6,25	1
		3 – Indiferente	6,25	1
		4 – Possui	6,25	1
		5 – Possui muito	81,25	13
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A questão revelou que 81,25% dos profissionais consideram muito importante as atividades de pesquisa e 18,25% deles, importante na atuação do bibliotecário jurídico. Quanto na própria atuação deles, também, 81,25% responderam que possuem muito esta habilidade. 6,25% consideram possuir, 6,25%, indiferente e também 6,25% deles, consideram possuir parcialmente.

Tabela 15 – Percepção quanto às competências de atividades de produtor de produtor de informações

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades de Produtor de Informações – agregar conteúdo à variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o usuário;	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Importante	6,25	1
		5 – Muito importante	93,25	15
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	18,75	3
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Possui	25	4
		5 – Possui muito	56,25	9
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A grande maioria dos bibliotecários jurídicos consideram muito importante as atividades de produtor de informação na atuação desse profissional e apenas 6,25% deles consideram importante. Quando indagados na sua própria atuação, 56,25% responderam que possuem muito, 25% possui e 18,25% possui parcialmente.

Tabela 16 – percepção quanto as competências de atividades de pesquisa de avaliador respondente.

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades de Avaliador – avaliar a qualidade e custo/benefício das fontes de informação jurídica sejam onlines ou impressas;	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Importante	25	4
		5 – Muito importante	75	12
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	18,75	3
		3 – indiferente	0	0
		4 – possui	25	4
		5 – possui muito	56,25	9
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto as atividades de avaliador, 75% dos bibliotecários julgam muito importante e 25% julgam importante. Na própria atuação deles, 56,25% assumiram possuir muito, 25% possui e 18,75% possui parcialmente.

Tabela 17 – percepção quanto as competências de atividades socioculturais do respondente.

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades Socioculturais – colaborar na definição e manutenção dos materiais de divulgação, sejam impressos ou eletrônicos, da instituição mantenedora; promover e divulgar a produção interna do órgão onde trabalha;	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Importante	6,25	1
		5 – Muito importante	93,75	15
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	12,5	2
		3 – indiferente	0	0
		4 – possui	37,5	6
		5 – possui muito	50	8
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Na questão de atividades socioculturais, a grande maioria dos profissionais julgam muito importante, 93,75%, e 6,25% consideram importante. Quanto na própria atuação, 50% dos respondentes julgam possuir muito esta habilidade, e 37,5 possui e apenas 12,5% julgam possuir parcialmente.

Tabela 18 – Percepção quanto às competências de atividades educativas do respondente.

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades Educativas – ensinar aos usuários a metodologia de pesquisa jurídica; providenciar treinamento sobre as fontes de informação jurídica; monitorar as tendências das áreas jurídicas, selecionando e enviando aos usuários novos artigos pertinentes à sua área de atuação;	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	6,25	1
		4 – Importante	6,25	1
		5 – Muito importante	87,5	14
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	18,75	3
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Possui	25	4
		5 – Possui muito	56,25	9
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto as atividades educativas, 87,5% consideram muito importante na atuação dos bibliotecários jurídicos e 6,25%, importante, e também, com mesmo percentual, consideram indiferente. Já na sua própria atuação, 56,25% dos respondentes julgam possuir muito e 25% possui.

Tabela 19 – Percepção quanto às competências de atividades tecnológicas o respondente.

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades Tecnológicas – auxiliar no desenvolvimento de bases de dados jurídicas ou sítios na internet; manter atualizados os links sugeridos na página da instituição mantenedora;	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Importante	18,75	3
		5 – Muito importante	81,25	13
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	25	4
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Possui	25	4
		5 – Possui muito	50	8
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A maioria dos respondentes, 81,25 declaram que as atividades tecnológicas são muito importantes contra 18,75 que consideram importante. Na própria atuação deles, metade dos respondentes consideram possuir muito, e 25% consideram possuir e com o mesmo percentual, consideram possuir parcialmente.

Tabela 20 – Percepção quanto às competências de atividades éticas do respondente

		ESCALAS	%	RESPONDENTES
Atividades Éticas – favorecer o exercício da cidadania provendo serviços que facilitem o acesso à informação jurídica por parte daqueles que não são operadores do direito.	IMPORTÂNCIA PARA O RESPONDENTE	1 – Nenhuma importância	0	0
		2 – Pouco importante	0	0
		3 – Indiferente	0	0
		4 – Importante	6,25	1
		5 – Muito importante	93,75	15
	PRESENTE NA ATUAÇÃO DO RESPONDENTE	1 – Não possui	0	0
		2 – Possui parcialmente	6,25	1
		3 – Indiferente	12,5	2
		4 – Possui	31,25	5
		5 – Possui muito	50	8
Total			100	16

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

Quanto a ética, a grande maioria, considera muito importante, 93,75% e apenas 6,25% consideram importante. Quando indagados se a ética está presente na atuação deles, 50% declaram possuir muito, 31,25%, possuem e para 12,5% a ética é indiferente e um respondente, 6,5% foi sincero ao considerar que possui parcialmente.

6.3.1 Parte qualitativa (Questões abertas)

Na questão aberta que pedia para o respondente acrescentar outras competências que ele (a) acreditava que era necessário ao bibliotecário jurídico obtivemos as seguintes respostas:

a) “Organização de centros; elaboração de ementários; elaboração de manuais e desenvolvimento de política de gestão documental.”
b) “Ser especialista no uso de fontes jurídicas.”
c) “Disseminar a informação jurídica de forma ágil e eficiente.”
d) “Como a área jurídica é muito solúvel, acredito que uma característica importante é o atendimento personalizado.”

e) “Acredito que o bibliotecário deveria assumir um pensamento de liderança e tomar posicionamento.”

f) “Livros atualizados na área de direito, e conhecimento de leis.”

g) “Conhecer leis, programas atualizados na área de direito, e fontes de informação.

Com essas respostas, foi notado que os bibliotecários estão atentos as competências da AALL, eles possuem a percepção dessas competências e as fazem no seu cotidiano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho fez uma abordagem sobre o perfil profissional do bibliotecário jurídico que atua nos órgãos de Justiça do Estado do Pará, baseando-se nos conceitos que permeiam este profissional que é a informação jurídica, fontes de informação e competências do bibliotecário jurídico segundo a AALL. O objetivo deste trabalho foi identificar a percepção destes profissionais que atuam nos órgãos de Justiça do Estado do Pará em relação às competências designadas pela AALL.

Para este fim foram analisadas seis bibliotecas jurídicas paraenses: procuradoria geral do estado; ministério público do estado; tribunal de justiça do estado; defensoria pública do estado; assembleia legislativa do estado do Pará; e escola de magistratura do estado.

Nestas instituições pode-se identificar, baseando-se nas competências do bibliotecário jurídico que é importante prestar serviços especializados de pesquisa, que o bibliotecário consegue sintetizar a informação para atender as especificidades de cada usuário. Ele atua positivamente no auxílio de desenvolvimento de bases jurídicas, o que contribui na valorização e importância do bibliotecário jurídico para as instituições.

A atuação deste profissional favorece o exercício da cidadania facilitando o acesso à informação jurídica inclusive para aqueles que não são operadores do direito.

O perfil do bibliotecário jurídico é constituído pela formação, sua atuação e suas competências, que são imprescindíveis na realização de suas tarefas no cotidiano, são esses fatores associados às habilidades e atitudes que permitem uma prática ágil e eficiente.

O bibliotecário jurídico é muito importante no tratamento, busca, recuperação e disseminação da informação jurídica, pois ela possui atualização constante e um grande acumulo de informação.

Apesar da sua importância, o bibliotecário jurídico ainda enfrenta problemas para se especializar nesta área. Esse profissional, por não encontrar cursos que atendem suas necessidades para trabalhar em bibliotecas jurídicas, acaba procurando em outras áreas acadêmicas, porém esses cursos não atendem as demandas de mercado para atuar em bibliotecas jurídicas e ele acaba aprendendo

no dia-a-dia as tarefas que serão executadas no seu trabalho em cursos e eventos de curta duração.

Os usuários da biblioteca jurídica são exigentes e buscam informações especializadas e rápidas. Consequentemente cabe ao bibliotecário saber manusear as fontes de informação da documentação jurídica. Os usuários são geralmente, juízes, promotores, procuradores, advogados, etc., e precisam cumprir prazos e assim o bibliotecário é visto por eles como um colaborador importante nesse processo de busca da informação jurídica.

A área jurídica observa-se um bom retorno financeiro e também uma valorização do bibliotecário jurídico pelos próprios usuários, apesar de enfrentar dificuldades para se especializar no assunto, devido a falta de cursos, ainda é visto como um profissional imprescindível para atuar em bibliotecas jurídicas, é o detentor do conhecimento necessário para utilizar as ferramentas de busca em fontes de informação jurídica de forma ágil e eficiente.

REFERENCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Profissional da Informação: entre o espírito e a produção. IN: **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. VALENTIM, Lígia Pomim. (Org.); DANTE, Gloria Ponjúan. (Org.) São Paulo: Polis, 2000.

ALMEIDA, Neilia Barros; BAPTISTA, Sofia Galvão. Profissional da Informação: imagem, perfil e a necessidade da educação continuada.**RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.**, ISSN 1983-5213, Brasília,v. 2, n. 2, p. 1-14, ago../dez.2009.

ANTONIO, Irati. Do bibliotecário ao agente da informação: seu perfil diante de novas tecnologias. **Rev. Bras. Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 24, n.1/2, p.76-85, jan./jun.1991.

BAPTISTA, Sofia Galvão et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica: relato de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação (RICI)**, v.1 n.2, p. 151-174, jul./dez. 2008.

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação jurídica**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2004.

BORGES, MARIA ALICE GUIMARÃES. A compreensão da Sociedade da Informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3, p. 25-32, set./dez. 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a03v29n3> Acesso em : 23 abr. 2016.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

_____. A galáxia da Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CUNHA, MIRIAN VIEIRA DA CUNHA. Perfil do profissional da informação frente ás novas tecnologias. **Rev. ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina. v. 5, n. 5, 2000. p.185-195.

CASTRO, C. A. Profissional da informação: perfil e atitudes desejadas. **Revista Informação e Sociedade**, João Pessoa, v. 10, n.1, 2000. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/346/268> Acesso em jan/2016

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília:Briquet de Lemos, 2008. 456 p.

_____. da. Manual de fontes de informação. Brasília: BriquetdeLemos, 2010.
GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Profissionais da informação: desafios e perspectiva para sua formação. IN: BAPTISTA, Sofia Galvão, MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesauros, 2004. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, v.3).

_____. O profissional da informação sob o prisma de sua formação. IN:Profissional da Informação: entre o espírito e a produção. IN: **O profissional da informação**: formação, perfil e atuação profissional. VALENTIM, Lígia Pomim. (Org.); DANTE, Gloria Ponjúan. (Org.) São Paulo: Polis, 2000.

_____. Formas da informação jurídica: uma contribuição rara sua abordagem temática. **R. bras. Bibliotecon. e Doc**., São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 41-54, jan./jun.1993. Disponível em: < www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=19240>. Acesso em: 23 abr. 2016.

FULLIN, Camila Barleta. Perspectivas futuras para a demanda de profissionais da informação e a organização da informação jurídica nos escritórios de advocacia de Campinas. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**,Campinas v.3, n. 2, p. 31-42, jan./jun. 2006 – ISSN: 1678-765X.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2008. 4. ed.p.41.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do bibliotecário jurídico**: bases para uma interação com o usuário operador do direito. Campo Grande, MS: [s.n], 2005. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>. Acesso em: 31 ago. 2016.

LE COADIC. Yves-François; GOMES, Maria Yêda F. S Filgueiras. (Trad.).**A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 2. ed. p. 106.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010. 7.ed.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de; D'Amore T. M; BENTES, Virgínia Pinto. Gestão documental da informação jurídica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.3, p.96-110, jul./set. 2013.

MOTA, Francisca Rosaline Leite; OLIVEIRA, Marlene de. Formação e atuação profissional. IN: **Ciência da informação e biblioteconomia**: novos conteúdos e espaços de atuação. OLIVEIRA, Marlene de. (Org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 2. ed. 139 p.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. Perfil do bibliotecário, serviços e responsabilidades na área de informação e formação profissional. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, v.17, n.1, p.63-70, jan./jun.1989.

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.5, n.5, out., 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

PAIVA, Rodrigo Oliveira de; POTHER, Suelem Gadelha. **O bibliotecário jurídico na contemporaneidade**. In: Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação, XIV, 2011, Belém. Anais... Belém: UFPA, 2011. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/node/118>. Acesso em: 28 abr. 2016.

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de Informação para pesquisa em direito**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

_____. Bibliotecário jurídico: seu papel, seu perfil. Apresentado no III Encontro de Informação e Documentação Jurídica, Rio de Janeiro, RJ, 2001. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm> Acesso em: 16 jun. 2016.

_____. O futuro da biblioteca jurídica, 2005. [s.l]. Disponível em: <http://www.infolegis.com.br/wa_files/futuro-biblioteca-juridica.pdf> Acesso em: 26 ago. 2016.

_____. Atribuições do Bibliotecário jurídico. [S. l.: s.n.], 2011. Disponível em: < http://fontesgerais.blogspot.com.br/2011/11/atribuicoes-do-bibliotecario-juridico_24.html>. Acesso em: 17 abr. 2016.

PINHO, Fabio Assis; BARBOSA, Ângela Maria da Silva. Os usuários da informação jurídica. **Biblios**: Revista de Bibliotecología y Ciencias de laInformación, v. 2011, n. 44, p. 50-61, 2011. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/44/64>. Acesso em: 22 ago., 2016.

SANTA ANNA, Jorge; PEREIRA, Gleice; CAMPOS, Suelen de Oliveira. Sociedade da informação x biblioteconomia: em busca do moderno profissional da informação (MIP). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-85, jan./jun. 2014. Disponível em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/293/293> Acesso em: 06 maio 2016.

SANTOS, Ana Paula Lima; RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca. (Orient.).**Relações Interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Biblioteconomia**: limites e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Niterói, 2012. f.133.

SANTOS, Jussara Pereira. O perfil do profissional bibliotecário. IN: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **O profissional da informação:** formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p. 107-117.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Bibliotecários especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais. Brasilia: Thesaurus, 2005.
SILVA, Andréia Gonçalves. **Fontes de Informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profssional bibliotecário**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010. 248 p.

VALENTIM, Marta Lígia. Profissional da informação: formação, perfil e atuação profissional. IN: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). **O profissional da informação:** formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p.7-29.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Formação Profissional do Bibliotecário. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 25, 1º sem.2008. p. 84-103.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS COM OS BIBLIOTECÁRIOS

Este questionário visa coletar dados que servirão de insumos para pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **Perfil do Bibliotecário Jurídico dos Órgãos Estaduais no Pará**. O objetivo é descrever as principais características que integram o perfil do bibliotecário jurídico atuante em órgãos estaduais, por meio da identificação de aspectos inerentes a atuação destes profissionais na área jurídica.

Nesse sentido, solicitamos a participação do (a) senhor (a), ressaltando que o sigilo de sua identidade será preservado.

PARTE I - PERFIL PESSOAL DO RESPONDENTE	
1 - Qual sua faixa de idade?	( ) Menos de 30 anos ( ) 30 a 35 anos ( ) 36 a 40 anos ( ) 41 a 45 anos ( ) 46 a 50 anos ( ) 51 a 55 anos ( ) 56 a 60 anos ( ) Acima de 61 anos
2 - Qual seu gênero?	( ) Feminino ( ) Masculino
3 - Qual a sua renda mensal?	( ) De 1 a 3 salários mínimos ( ) De 4 a 6 salários mínimos ( ) De 7 a 9 salários mínimos ( ) De 10 a 12 salários mínimos ( ) De 13 a 15 salários mínimos ( ) Acima de 16 salários mínimos
4 - Qual o seu tempo de serviço na carreira jurídica?	( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 5 anos ( ) De 6 a 10 anos ( ) De 11 a 15 anos ( ) De 16 a 20 anos

	( ) De 21 a 25 anos ( ) Mais de 26 anos
5- O senhor exerce ou já exerceu função comissionada ou cargo de chefia no seu órgão atual?	( ) Sim, exerço atualmente ( ) Sim, já exerci ( ) Nunca exerci
6- Qual a sua forma de ingresso no seu órgão atual?	( ) Concurso ( ) Cargo comissionado ( ) Contrato ( ) Outro
PERFIL QUANTO À AQUISIÇÃO DE CONHECIMENTOS	
7 - Há quantos anos o (a) senhor (a) se formou em Biblioteconomia?	( ) Menos de 1 ano ( ) De 1 a 5 anos ( ) De 6 a 10 anos ( ) De 11 a 15 anos ( ) De 16 a 20 anos ( ) De 21 a 25 anos ( ) Mais de 26 anos
8 - Qual seu nível de escolaridade?	( ) Graduação ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado ( ) Pós-doutorado
9 - O (a) senhor (a) possui formação em Direito?	( ) Sim, graduação ( ) Sim, pós-graduação. Qual nível?_____ ( ) Não
10 - Com qual frequência o (a) senhor (a) costuma participar de cursos na área jurídica?	( ) Nunca ( ) Raramente ( ) Sempre
11 - O (a) senhor (a) costuma participar de eventos na área da documentação jurídica (seminários,	( ) Nunca ( ) Raramente ( ) Sempre

congressos, encontros, etc)	
12 - O (a) senhor (a) possui conhecimento em língua estrangeira (lê, escreve, fala, entende)?	( ) Sim, qual (is)_____ ( ) Não OBS: _____ _____
13 - Quais fontes o (a) senhor (a) utiliza para se manter atualizado (a)? Marque mais de uma opção	( ) Estudo individual em livros, periódicos, etc especializados ( ) Participação em cursos de capacitação ( ) Palestras ( ) Pós-graduação ( ) Eventos ( ) Participação em listas de discussão ( ) Participação ( ) Outros_____ _

PERCEPÇÃO QUANTO ÀS COMPETÊNCIAS DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO

14 - Nas linhas abaixo estão algumas competências inerentes a atividade bibliotecária na área jurídica. Gostaria que o (a)senhor (a) indicasse na primeira coluna o quanto considera importante essa competência para a atuação do bibliotecário jurídico e na segunda indicasse o quanto o (a) senhor (a) percebe essa competência em sua própria atuação.

Utilize a seguinte escala:1ª coluna (1=Nenhuma importância; 2=Pouco importante; 3=Indiferente; 4=Importante; 5=Muito importante)
Utilize a seguinte escala:2ª coluna (1=Não possuo; 2=Possuo parcialmente; 3=Indiferente; 4=Possuo; 5=Possuo Muito)

COMPETÊNCIAS DO BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO		
	IMPORTÂNCIA PARA O BIB. JURÍDICO	PRÓPRIA ATUAÇÃO

1	**Atividades de Pesquisas** – prestar serviços especializados de pesquisa em assuntos jurídicos e não jurídicos; leituras sistemáticas dos diários oficiais; criar instrumentos de pesquisas jurídicas;	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)
2	**Atividades de Produtor de Informações** – agregar conteúdo à variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o usuário;	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)
3	**Atividades de Avaliador** – avaliar a qualidade e custo/benefício das fontes de informação jurídica sejam onlines ou impressas;	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)
4	**Atividades Socioculturais** – colaborar na definição e manutenção dos materiais de divulgação, sejam impressos ou eletrônicos, da instituição mantenedora; promover e divulgar a produção interna do órgão onde trabalha;	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)
5	**Atividades Educativas** – ensinar aos usuários a metodologia de pesquisa jurídica; providenciar treinamento sobre as fontes de informação jurídica; monitorar as tendências das áreas jurídicas, selecionando e enviando aos	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)

	usuários novos artigos pertinentes à sua área de atuação;										
6	**Atividades Tecnológicas** – auxiliar no desenvolvimento de bases de dados jurídicas ou sítios na internet; manter atualizados os links sugeridos na página da instituição mantenedora;	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)
7	**Atividades Éticas** – favorecer o exercício da cidadania provendo serviços que facilitem o acesso à informação jurídica por parte daqueles que não são operadores do direito.	1)	2)	3)	4)	5)	1)	2)	3)	4)	5)
15 - Acrescente outras competências que o (a) senhor (a) acredita que é necessário ao bibliotecário jurídico.											
16 - Acrescente alguma informação que julgar necessário, em relação ao questionário como um todo.											